

O Ministério da Educação, a Educação Física e o Desporto: Exploração das Condicionantes Sócio-Culturais

José Jacinto Branco Vasconcelos Raposo*

O objectivo desta comunicação é explorar os factores sócio-culturais que servem de condicionantes à intervenção e definição do papel e função da Educação Física e do Desporto no sistema de ensino português e, conseqüentemente, na construção de uma Europa capitalista e democrática.

Antes de mais, é fundamental que saibam o que entendemos por Educação Física e Desporto. Das muitas definições propostas para Educação Física escolhemos a que a seguir transcrevemos por nos identificarmos, em grande parte, com ela:

A Educação Física deve ser entendida como o processo racional, sistematizado e intencional de tornar acessível, a todas as crianças e jovens que frequentam a instituição escolar, o conjunto transitório de conhecimentos, hábitos, valores, atitudes e capacidades que constituem o património da Cultura Física, isto é, o repositório dos valores e das técnicas inerentes às produções sociais do corpo, como resultado de um processo histórico de transformação, património que encerra o mais elevado nível de capacidade alcançado pelo homem, nesta área da actividade social. (Carreiro da Costa 1991)

O Desporto, como extensão da Educação Física, é uma adaptação biocultural através da qual se expressam as dinâmicas das relações entre a população e o meio ambiente. Na nossa perspectiva, o meio ambiente implica as suas dimensões físicas, sociais e culturais. Conseqüentemente,

* Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Boletim SPEF, n.º 7/8 Inverno/Primavera de 1993, pp. 77-87.

o desenvolvimento desportivo é, também, o reflexo da qualidade de vida das sociedades em causa.

Em Portugal, os profissionais de Educação Física há muito que lutam pelo reconhecimento profissional da disciplina (ver Crespo 1991; Gomes 1991). Em determinadas alturas, algumas decisões governamentais pareciam indicar que a resolução para alguns dos problemas, como a sua integração no currículo escolar (*ibid.*), estava encontrada, uma vez que os respectivos decretos-lei eram publicados. No entanto, aquilo a que assistimos, ao longo dos anos, é que os discursos e a prática não demonstram grandes progressos. Aliás, se tivermos em consideração os ensinamentos de Carreiro da Costa (1991), podemos mesmo argumentar que a classe dos *professores* de Educação Física passa por uma fase crítica e, segundo Sobral (1991), é a própria identidade disciplinar que está em causa.

O Problema que queremos abordar

Aos olhos da lógica formal não faz sentido algum que, após mais de oitenta (80) anos de luta, a Educação Física e o Desporto não tenham ainda recebido o reconhecimento curricular que lhe é devido pelas instituições governativas. A dificuldade em entender a lentidão deste processo é ainda maior quando tomamos em consideração as vantagens económico-sócio-culturais que a Educação Física e o Desporto apresentam à sociedade. As vantagens e os benefícios vão desde a saúde física (Cooper 1989; Ruano 1989; Asterita 1985; Althoff, Svoboda and Girdano 1988; Bazzano *et al.* 1992; Armstrong *et al.* 1991), mental (Arieti and Brodie 1981; Singer 1975; Silva 1981; Epstein 1992), económicas (Corbin and Lindsey 1988) até aos factores relacionados com a produtividade económica (Pávlov 1978). Mas, como se tudo isto não bastasse, também é possível argumentá-las de acordo com as dimensões objectivas e subjectivas da ideologia (Larrain 1979) e, nessa qualidade, a Educação Física, e em particular na sua extensão do Desporto, apresenta requisitos de carácter ideológicos muito vantajosos para aqueles que quiserem na sua prática política ir além dos discursos e agir, de uma forma mais rápida que a actual, em defesa de uma economia de mercado, ou capitalismo se assim o quiserem.

Para além deste problema, há outros, nomeadamente os que se prendem com o processo de partidização do Desporto, cuja mais notória consequência está expressa na redução no número de indivíduos com formação em Educação Física e Desporto que desempenham as funções de delegados da Direcção Geral dos Desportos.

Além deste aspecto, temos, ainda, o aumento no número de estrangeiros que integram as equipas nacionais nas várias modalidades e, mais recentemente, nas próprias selecções nacionais. Mas, quanto a

estrangeiros não nos ficamos pelos atletas. Logo após os Jogos Olímpicos de Barcelona, quer o Sr. Ministro quer o Sr. Director Geral dos Desportos defendiam a necessidade de se «importarem» técnicos estrangeiros, apresentando como razão a «incompetência» dos técnicos nacionais.

Em alguns aspectos até é possível aceitar as teses do Ministro e do Director Geral. No entanto, é necessário não perder de vista quem são os responsáveis pela política de formação em Portugal. Mas uma análise completa deste problema implicaria termos que aprofundar os nossos conhecimentos sobre a forma como têm sido gastos os dinheiros públicos. Normalmente, os discursos políticos que justificam o progresso no nosso desporto, são feitos em termos económicos e, por vezes, recorrem ao número de instalações desportivas inauguradas no país durante um determinado período. Este é o tipo de discurso típico das estruturas e está de acordo com a metodologia própria da tradição dualista dos estudos sociológicos, que se prende com o conceito de tempo.

Nas análises sociológicas os fenómenos são definidos em termos temporais e é de acordo com o tratamento temporal que se define o tipo de estudo. Na literatura, por exemplo, encontramos, frequentemente, este aspecto representado nas citações clássicas que, no caso da sociologia, vão até Durkheim. No entanto, se há disciplinas que entendem o artificialismo temporal das metodologias, sem dúvida que são a Educação Física e, talvez até mais do que esta, o Desporto de rendimento. Para nós, estudiosos do Desporto, o presente é um ponto de transição entre os muitos anos para trás e a incerteza dos que se seguem. É, talvez, a permanência latente deste conceito nos nossos «subconscientes» que nos leva a repudiar uma boa parte da retórica dos responsáveis máximos da Educação Física e do Desporto em Portugal.

Aos olhos da Psicologia Cultural estas dificuldades apresentam-se como um fenómeno interessante na medida em que é um desafio aos seus pressupostos disciplinares. Um estudo aprofundado passa pela análise do sistema de educação em Portugal, a sua estrutura, função, estruturação e *agency*. De acordo com a definição de Giddens (1986: 66), devemos entender o conceito de sistema como a reprodução das relações entre actores ou colectividades, organizadas como práticas sociais regulares ou normais. A estrutura refere-se às regras e aos recursos, organizados como propriedades do sistema social. A estruturação deverá entender-se como as condições que governam a continuidade ou a transformação das estruturas e, conseqüentemente, a reprodução dos vários sistemas sócio-culturais. Ainda de acordo com Giddens, as estruturas não devem ser conceptualizadas como barreiras à acção mas sim como parte integrante da produção de acção. Tendo por base as definições aqui apresentadas julgamos ser evidente que não é possível conceber estruturas sem actores sociais. Através do processo de socialização todos os membros da sociedade adquirem conhecimentos sobre as

várias instituições da sociedade a que pertencem. Por *agency* podemos entender o papel que cada indivíduo desempenha nas instituições e estruturas em que participa.

Antes de darmos continuidade ao nosso argumento, é imperioso que definamos o conceito de Recurso, porque é este que nos vai clarificar o papel que os agentes desempenham no perpetuar dos valores da tradição judaico-cristã. Os recursos existem numa relação espaço-temporal enquanto que as regras não. Os recursos manifestam-se materialmente como: (A) o conteúdo, ou o veículo, paralelo e sempre concomitante com a substância dos códigos e as normas sociais; (B) como parte integrante das relações de poder que só operam em conjunção com os códigos e as normas sociais (i. e. as que se relacionam com a propriedade privada).

Como é evidente, qualquer uma destas dimensões é bastante vulnerável a alterações. Uma vez que o homem é um ser intencional, a capacidade de transformação é tida como fazendo parte integrante das características da condição humana. Este princípio é duplamente importante. Por um lado, são eles que estruturam as interações em termos espaço-temporais, por outro, são também os componentes essenciais para analisarmos as próprias estruturas e os seus agentes, como representativos de um processo que é histórico e sócio-cultural. Assim, julgo que podemos afirmar que o estudo das estruturas é sempre o estudo da estruturação.

Aquilo a que me proponho nesta comunicação é procurar encontrar as raízes sócio-culturais que:

1. condicionam a racionalização de actores como o Ministro da Educação e Director Geral dos Desportos;
2. justificam a lentidão das mudanças estruturais que se verificam no nosso sector de ensino.

Vamos fazê-lo de acordo com os princípios da Psicologia Cultural que rejeita a tradição dualista que predomina na Academia ao nível filosófico, teórico e metodológico. Procurando ultrapassar a armadilha conceptual e metodológica que é o tratamento dos conceitos de tempo e espaço, procuraremos fundamentar o nosso raciocínio naquelas que são as bases do pensamento ocidental e, conseqüentemente, da ciência contemporânea. São essas bases que servem de pilar à construção do psiquismo dos indivíduos e, conseqüentemente, das sociedades. Assim, ao descrevermos a herança do pensamento ocidental estamos, também, a descrever o psíquico dos agentes responsáveis pelas decisões que condicionam o processo de mudança no sistema educativo, nomeadamente, no sector da Educação Física e do Desporto. Para que se torne mais claro o nosso discurso, e para que as contradições sejam minimizadas, é importante que aceitemos a seguinte definição de psíquico: o psíquico refere-se aos padrões do envolvimento motivado, estados

subjectivos responsivos e direccionados às representações mentais das coisas. É o que anima os indivíduos e os transforma em pessoas, tornando-as cuidadosas, voluntariosas, cheias de objectivos, metas e juízos. O segredo do psíquico reside no mundo intencional de cada indivíduo, nos desejos, nas crenças, nos recursos e aventuras, nos valores e nas visões, que temos das variadíssimas coisas.

Quer o Ministro da Educação quer os seus Directores Gerais são indivíduos que receberam a sua educação num sistema tipicamente platónico tal como apresentada na tradição dualista — judaico-cristã. Assim, para entendermos as suas formas de agir no mundo, temos que tomar em consideração as forças sócio-culturais que lhes condicionaram o conhecimento ao longo dos processos de socialização e enculturação a que foram sujeitos. Estes processos foram pela primeira vez definidos por Herkovitz como o processo de aprendizagem da sociedade e o processo da aprendizagem da cultura, respectivamente. Por sociedade deve-se entender conjunto de pessoas, grupos, instituições e o conjunto de regras que regulamentam as interacções destes. Por cultura devemos entender todos os padrões para comportamento. Essa aprendizagem foi controlada por agentes sociais, formais e informais, sendo estes agentes transmissores (educadores) de todo um conjunto de valores que lhes fora previamente transmitido pelos mesmos processos de socialização e enculturação e pelas mesmas instituições. Todo este processo visava reproduzir uma determinada ideologia. Para combater essa ideologia impõe-se mudar o sistema de ensino de modo a valorizar-se o indivíduo na sua condição de ser humano.

Os agentes que vamos analisar, para além de sujeitos aos processos de socialização e enculturação dominados por uma política altamente influenciada (directamente) pelos agentes da Igreja, são, por ideologia, defensores de uma tradição de valores que tem por base os ensinamentos de Platão, Sócrates e outros associados. Assim, passemos a analisar, brevemente, esta tradição filosófica para que possamos saber qual a filosofia de base dos agentes que queremos entender e que, de alguma forma, responsabilizamos pelo estado actual das coisas. No entanto, porque a Psicologia Cultural procura fugir às garras do dualismo platónico, não nos esqueçamos de que só é possível a continuidade de qualquer estado de coisas se estas puderem ser reproduzidas entre os que se julgam vitimizados. Isto é, a longevidade do conflito entre a Educação Física e o Desporto só é possível porque os agentes responsáveis pela reprodução destas disciplinas o fazem de acordo com os princípios filosóficos que guiam a cognição do Ministro e do Director Geral. Por outras palavras, estamos em directa contradição com o que afirmamos sempre que continuamos a transmitir conhecimentos tal como estes foram gerados por teorias de inspiração dualista.

Platão é o grande fundador do dualismo. A influência dos seus contributos para o conhecimento do mundo ocidental está representada

de muitas formas em várias instituições do mundo moderno. De entre elas podemos destacar a ciência, a religião e a política. Estas instituições estão intimamente ligadas umas às outras. A importância e presença constante da orientação judaico-cristã no pensamento científico moderno é uma das consequências da aliança da Igreja ao poder político que, por sua vez, resultou dos ensinamentos de Justino, S. Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Da conjugação destas forças sócio-culturais resultou uma forma de conhecimento que, ao longo dos tempos, tem vindo a condicionar a construção do mundo em que vivemos e que experimentamos. Assim, de alguma forma, somos todos iguais uns aos outros, mesmo ao longo dos séculos.

Para Platão, há uma independência total entre o psíquico e o corpo, se bem que seja o psíquico que governa o corpo. Ao mesmo tempo que afirma isto, diz, também, que a alma é prisioneira do corpo e que o que mais aspira é a libertar-se, mas mantém-se cativa dos prazeres que o corpo lhe proporciona. No entanto, por mais prazer que o corpo lhe proporcione, nunca é capaz de satisfazer a necessidade de absoluto que esta tem. Assim, o filósofo propõe que aceitemos a alma como tendo por tarefa elevar-se acima dos prazeres do corpo, vencendo tentações, fugindo ao mundo e às suas seduções e «avivar a reminiscência que tem das ideias que conheceu na realidade supra-sensível». Esta é a herança que recebemos na Psicologia e que está representada em teorias como a Freudiana e a Behaviorista que estão por base em muitas das teorias da aprendizagem que nos são transmitidas pelas várias teorias psicopedagógicas. Esta influência filosófica é reflectida no comportamento e visão do mundo que temos como indivíduos. As nossas acções do dia-a-dia são, também, influenciadas e determinadas por estas dinâmicas, tal como elas nos foram impostas pelo sistema educativo e tal como as transmitimos aos nossos alunos. O sistema educativo é uma resultante dos acordos políticos que a Igreja fez com o poder político. A religião, como instituição sócio-cultural, ao longo da história, tem sido a grande aliada do poder político e, conseqüentemente, intimamente relacionada com educação que recebemos.

Na Educação Física e no Desporto temos como objecto do nosso trabalho o corpo que, segundo esta tradição, não é coisa lá muito boa. Vejamos, pois: o filósofo divide a alma em três partes às quais correspondem prazeres e funções. (...) Uma dessas funções, ..., é aquela pela qual o homem adquire o conhecimento; a outra é aquela pela qual ele se consome com ardor;

Quanto à terceira, por causa da multiplicidade dos seus aspectos, não nos foi possível designá-la por um só nome, denominando-a por aquilo que nela há de mais importante e de mais forte; chamando-a de desejante, por causa da intensidade dos desejos relativos ao alimento, à bebida, aos prazeres do amor e a tudo aquilo que é ainda um acompanhamento para esses desejos; evidentemente, amorosa também da

riqueza, porque a riqueza é o principal meio de realizar essas espécies de desejos (República, IX, 581 d. c.).

Para Platão, a razão tem a sua sede na cabeça. E isto, para ele, significa que a alma está separada do resto do corpo para melhor se proteger das sujidades das partes inferiores da alma. Uma parte residia no peito — a energia moral — e a outra, a dos desejos, no abdómen, cabendo a imortalidade apenas à parte superior, a cabeça.

O dualismo de Platão foi uma ótima fonte de inspiração para o pensamento religioso. Este, por sua vez, sob a forma do «pensamento judaico-cristão», é determinante na forma como as ciências modernas, nomeadamente a Psicologia e a Antropologia, vieram a conceptualizar o homem como objecto de estudo. Uma das figuras mais importantes nas ciências sociais é o filósofo Descartes que, por sua vez, é um produto do pensamento judaico-cristão. Esta orientação do pensamento religioso é perfeitamente identificada nos seus trabalhos, assim como também na sua própria vida. É importante que se tenha em mente que o dualismo que encontramos na Antropologia, Sociologia e na Psicologia actual é resultado da influência do pensamento de Descartes tal como tomou forma em pensadores como Hobbes, John Locke, Jean J. Rousseau, Leibnitz, Kant, Hegel, Durkheim, Marcel Mauss, etc.

Para Descartes, tudo é explicado através do espaço e do movimento. De acordo com este pensador, na composição dos seres nada há a mais na criatura viva do que no autómato. O ser humano, criado por Deus, é uma máquina mais complexa e as suas partes são, por isso, mais pequenas e complicadas. O homem difere dos animais apenas porque Deus lhe adicionou a alma ao corpo. Argumenta, ainda, que o homem é constituído por um conjunto de tubos ao longo dos quais os fluidos percorrem toda a máquina hidráulica. Para ele, também os nervos são tubos que contêm pequenos fios que, puxados à maneira de cordas pelos órgãos dos sentidos, são os meios de transmissão da sensibilidade. Nos nervos, para além destes filetes, passam ainda os espíritos animais que se deslocam do cérebro para a periferia e provocam os comportamentos motores que observamos. É o acumular desses espíritos e fluidos que justifica o aumento de volume dos músculos.

Esta visão mecanicista do ser humano toma forma num outro pensador da altura, Thomas Hobbes, que viveu entre 1588 e 1679. Hobbes «interessa-se de maneira privilegiada pela moral e pela política, às quais pretende conferir um autêntico estatuto científico». Um dos seus grandes temas é o Estado que, de acordo com o modelo mecanicista, é concebido como uma máquina perfeitamente organizada. Este é, também, um aspecto fundamental para nós, estudantes do Desporto, porque, como instituição sócio-cultural, o Desporto tem e é movimento graças ao controlo que os treinadores, clubes, associações, federações e governo exercem sobre os atletas.

O mecanicismo acredita numa metafísica onde há uma ideia de que o homem, através do seu pensamento, se pode tornar senhor e possuidor de todo o universo corporal graças à sua mecanização radical. Isto porque o homem, ao ver-se como uma máquina integrada na grande máquina do universo, cria o mecanismo necessário a assegurar a sua dignidade. Esta é uma ideia que, julgo, sobrevive de algum modo, em muitos dos técnicos desportivos. Esta ideia foi também apoderada pela organização de estado absolutista que, assim, encontrava justificação para as suas acções. Tal como os soberanos se transformaram em tiranos (porque eram possuidores da iluminação de Deus, portanto, do conhecimento) também os treinadores e dirigentes lidam com os atletas exigindo deles uma submissão total. Nesta base, os atletas têm apenas que se render ao poder, ou seja, produzirem resultados. Quando os resultados não aparecem é porque o maquinista não sabe pôr a máquina a funcionar. Tal como se põe gasolina no carro, pagam-se salários exorbitantes aos atletas. Com gasolina o carro tem que andar, com vencimentos, e outros privilégios, os atletas têm que ganhar.

De acordo com Pandian (1985), na orientação judaico-cristã a representação da divindade engloba todos os povos, mas cria uma distinção na conceptualização do eu-verdadeiro e do eu-não verdadeiro.

Enquanto Pandian limita a sua tese à Antropologia, sugiro que ela é também verdade para todos os outros ramos das ciências sociais, especialmente as que lidam com o indivíduo como pessoa. Estas, e em particular a Psicologia, desenvolveram-se com base no contraste que era feito entre o Ocidente e o não Ocidente, contraste este que não é mais do que a expressão mais ampla da diferença entre o eu-verdadeiro e o eu-não verdadeiro. O Ocidente era detentor da verdade, do eu-verdadeiro. Ainda hoje se verifica esta tendência nas relações que a Europa e América mantêm com o resto do mundo.

Segundo a tradição judaico-cristã, Deus é um ser absoluto. É um modelo de absolutismo. Ele é representado como sendo só bom, puro, justo, etc. Com esta invenção, os teólogos definiram um tipo de natureza humana e com ela expulsam os demónios para o mundo dos outros, que são aqueles que não são como eles, pessoas que têm usos e costumes diferentes dos deles. O Deus absoluto é assexual, perfeito e sagrado. Com base nesta visão do outro, são atribuídos, por exemplo, grandes desejos sexuais aos negros ou até mesmo aos emigrantes portugueses nos Estados Unidos de América. Mas, na verdade, estes poderes sexuais não são mais do que uma imagem do quão racistas somos.

Com o desenvolvimento da orientação judaico-cristã, a formulação de uma imagem restritiva de um Ser (ente) divino, em particular um Ser divino que se apresenta histórico, criou uma fórmula mítica e anímica através da qual o ocidente interpretou a concepção da verdadeira natureza do Self. Tudo isto resultou na apropriação, pelo poder político,

desta concepção que assim define uma certa ordem social, em que o rei era apenas responsável perante Deus.

Como consequência da aliança entre a Religião (a Igreja) e o poder político, a Cristandade acabou por controlar e governar os mais variados domínios da vida do dia-a-dia do cidadão, desde os nascimentos, casamento, morte, sexo, hábitos alimentares, lei, medicina e deus, também, um corpo filosófico à Academia. Em todos os domínios, a Cristandade injectou uma dialéctica entre o self -verdadeiro e self -falso, que obriga a uma intervenção de factores de moderação. Como sabemos, o papel da educação é o de preparar os novos membros da sociedade com o conhecimento necessário para assegurar uma sobrevivência no grupo, mas esta é, também, uma das funções do estado, da família que encontra nos educadores os seus agentes privilegiados.

Ao analisarmos, nestes termos, a importância dos agentes nas estruturas deparamos com um dos erros mais frequentes nas várias escolas sociológicas que é de carácter metodológico. Os estudos da sociologia tendem a relegar para um plano secundário, por vezes ignorando totalmente o papel e as razões que condicionam ou inspiram as acções dos vários agentes que participam nas estruturas estudadas. Por outras palavras, a análise sociológica tende a não tomar em consideração a racionalização das acções dos vários actores. Neste caso, os agentes em causa são possuidores de um conhecimento social e cultural sobre a Educação Física e o Desporto tal como as instituições a quem foram delegadas as responsabilidades da reprodução dos princípios acima descritos os reproduzem.

Neste trabalho abordamos as bases sócio-culturais do nosso sistema de educação como base para podermos entender as acções dos agentes intervenientes nas estruturas governamentais directamente ligadas à Educação Física e ao Desporto, nomeadamente aquelas que desempenham o papel de Ministro e de Director Geral dos Desportos. Com base nos conceitos que apresentamos atrás, podemos argumentar que a intencionalidade dos agentes analisados é de, em primeiro lugar, manterem-se no poder, daí a necessidade de recorrerem a discursos que por vezes estão em directa contradição com os valores cujas ideologias se dizem defender.

A ideologia social-democrata promove a economia de mercado como a forma mais válida para a construção da felicidade das pessoas e o desporto é um meio para a promoção do sucesso em cada cidadão. Numa perspectiva capitalista, o sucesso tem por base os seguintes três componentes:

- I Progresso;
- II Materialismo;
- III Conformidade Externa.

A interacção destes resulta num conjunto de prática e valores sócio-culturais que podemos resumir nos seguintes:

- A) o nível económico ou a capacidade de consumo dos cidadãos é um dos critérios para avaliação;
- B) ganhar aos outros;
- C) ser melhor que os outros;
- D) aceitar os critérios de avaliação de sucesso em todos os domínios da vida.

Para que um indivíduo assimile estes valores, é fundamental que nos processos de socialização e enculturação sejam assimiladas, pelo menos, as seguintes características: lealdade; entusiasmo; cooperação; iniciativa; auto-controlo; auto-confiança; firmeza de atitude; ambição; trabalhador (ética do trabalho); intencionalidade; habilidade e espírito de grupo ou equipa e, finalmente, nobreza competitiva. Existem outros valores mas são de menor importância para o desenvolvimento do espírito capitalista que vai caracterizar a sociedade que todos se dizem estar a querer construir na Europa. Ao reflectirmos minimamente sobre os valores acima apresentados, julgo ser mais que evidente as vantagens que a Educação Física e o Desporto oferecem para a construção dessa sociedade europeia e comunitária. Como sabemos, cabe ao Ministério da Educação a gestão dos recursos necessários a assegurar a transmissão adequada desses valores.

Em suma, podemos concluir que as forças que limitam a intervenção dos agentes analisados são, em parte, as mesmas que lhes fazem abdicar do *know how* de que dispõem nos profissionais da Educação Física e Desporto em Portugal. Podemos, também, aceitar que os agentes em causa estão conscientes das vantagens que a Educação Física e Desporto oferecem como meio de consciencialização e libertação política. Mas, neste caso, é evidente que as suas intenções e intervenções visariam limitar a construção da sociedade democrática que lhes enche a boca.

Por outro lado, ao olharmos para os programas curriculares, leccionados por algumas vozes críticas à política dos actuais responsáveis, verificamos que estes se baseiam em teorias dualistas. Assim, e enquanto a tradição dualista permanecer como a grande base teórica para a Educação Física e o Desporto, podemos afirmar que as divergências que existem entre o Ministro, Director Geral dos Desportos e os Professores de Educação Física e Desporto, são mais de carácter estratégico do que propriamente de concepção das disciplinas.

Agradecimento

O autor agradece ao Dr. José Anibal Félix de Carvalho as sugestões críticas sem as quais este trabalho seria mais pobre.

Bibliografia

- ALTHOFF, Sally A., SVOBODA, Milan, GIRDANO, Daniel A. (1988). *Choices: in Health e Fitness for Life*. Scottsdale, Az.: Gorsuch Scarisbrick, Publisher.
- ARIETI, Silvano, BRODIE, Keith H. (Eds.) (1981). *American Handbook of Psychiatry, Advances and New Directions Basic Books*.
- ARMSTRONG, Neil, WILLIAMS, J., BALDING, J., GENTLE, P., KIRBY, B. (1991). Cardiopulmonary Fitness, Physical Activity Patterns, and Selected Coronary Risk Factor Variables in 11 to 16 Year-Olds. *Pediatric Exercise Science*, 3, pp. 219-228.
- ASTERITA, Mary F. (1985). *The Physiology of Stress: With Special Reference to the Neuroendocrine System*. New York: Human Science Press.
- BAZZANO, Carmelo, CUNNINGHAM, L. N., VARRASSI, G., FALCONIO, T. (1992). Health Related Fitness and Blood Pressure in Boys and Girls Ages 10 to 17 Years. *Pediatric Exercise Science*, 4, pp. 128-135.
- CARREIRO DA COSTA, Francisco (1991). Formação Inicial de Professores de Educação Física: Problemas e Perspectivas. *Boletim de Educação Física*, n.º 1 Primavera. pp. 21-34.
- COOPER, Robert K. (1989). *Health & Fitness Excellence: The Scientific Action Plan*. Boston: Houghton Mifflin Comp.
- CORBIN, Charles B., LINDSEY, Ruth (1988). *Concepts of Physical Fitness*. Dubuque, Iowa: Wm C. Brown Publishers.
- CRESPO, Jorge (1991). A Educação Física em Portugal. A Génese da Formação dos Professores. *Boletim de Educação Física*, n.º 1 Primavera. pp. 11-19.
- GIDDENS, Anthony (1986) *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley: University of California Press.
- GOMES, Rui (1991). Poder e Saber sobre o Corpo — A Educação Física no Estado Novo (1936-1945). *Boletim de Educação Física*, n.º 2 e 3 Verão e Outono pp. 109-136.
- PANDIAN, Jacob (1985). *Anthropology and the Western Tradition: Toward an Authentic Anthropology*. Prospect Heights: Waveland Press.
- PÁVLOV, Serguei (1978). A Cultura Física e Desporto na Sociedade Socialista. *Ciências Sociais*. Edições Avante.
- ROWLAND, Thomas (1990). *Exercise and Children's Health*. Champaign: Ill.: Human Kinetics.
- RUANO, E. Gonzalez (1989). *Ejercicio Fisico Controlado*. Madrid: Editorial Marban.
- SILVA, John M., SHULTZ, Barry B. (1981). Research in the Psychology and Therapeutics of Running: A Methodological and Interpretative Review. In G. Buffone, and M. Sachs (Eds) *The Psychology of Exercise and Running: Therapeutics and Pratical Applications*.
- SINGER, Robert (1975). *Psicologia dos Desportes: Mitos e Verdades*. São Paulo: Harper & Row Brasil.
- SOBRAL, Francisco (1991). Sociedade Portuguesa de Educação Física: Presença e Projecto. *Boletim de Educação Física*, n.º 1 Primavera. Pags. 5-7.
- WILLIS, Joe D., CAMPBELL, Linda F. (1992). *Exercise Psychology*. Champaign, Ill.: Human Kinetics.